

Diretor da Aneel vota por encerrar contrato da Enel em São Paulo

Decisão ainda depende de quatro votos em reunião marcada para março

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sandoval de Araujo Feitosa Neto, apresentou voto favorável à recomendação de caducidade do contrato de concessão da Enel Distribuição São Paulo, responsável pelo fornecimento de energia na capital e na região metropolitana. Ele foi o primeiro integrante da diretoria colegiada a se manifestar no processo. A deliberação final depende do posicionamento dos outros quatro diretores da agência, previsto para ocorrer em reunião agendada para 24 de março.

O pedido de encerramento do contrato ganhou força após o apagão registrado em dezembro do ano passado, que deixou cerca de 4,4 milhões de unidades consumidoras sem energia. O Ministério de Minas e Energia, o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da capital solicitaram a rescisão da concessão. Embora o serviço seja prestado no âmbito municipal, a competência para romper o contrato é do governo federal, mediante recomendação formal da agência reguladora.

Em seu voto, o diretor-geral apontou que há elementos suficientes para concluir pela prestação inadequada do serviço e defendeu a adoção de intervenção na concessão até que uma nova empresa possa assumir a distribuição. Ele avaliou, ainda, que a gravidade do cenário exige providências para evitar que surjam novas falhas, especialmente diante da recorrência de eventos climáticos severos na área atendida.



Reprodução

Pedido de encerramento do contrato ganhou força após o apagão registrado em dezembro

Relatório técnico elaborado pela área responsável na agência classificou como insatisfatória a atuação da concessionária durante o apagão de dezembro, o terceiro grande blecaute registrado na região desde 2023. O documento apontou fragilidades na capacidade de resposta, baixa produtividade das equipes mobilizadas, redução do efetivo no período noturno e durante a madrugada, além de uso considerado inadequado de equipamentos.

Segundo a análise, embora mais de 1.500 equipes tenham sido disponibilizadas, parte significati-

va não atuava com frequência em ocorrências emergenciais. Também foram identificados indícios de falhas ou deficiência de manutenção na rede elétrica e proporção reduzida de veículos de grande porte para atendimento das ocorrências.

A normalização completa do fornecimento ocorreu apenas na manhã de 16 de dezembro, aproximadamente seis dias após o vendaval que atingiu a região. O levantamento técnico indicou que 32% das unidades afetadas permaneceram sem energia por mais de 24 horas.

Durante o fim de semana sub-

sequente ao evento, houve diminuição do número de equipes em campo, passando de cerca de 1.600 para 1.200, conforme apontado no relatório. A área técnica avaliou que a redução dificultou a execução de serviços mais complexos de recomposição da rede e contribuiu para o aumento das ocorrências atendidas após 24 horas. O documento também registrou períodos de estagnação no avanço dos trabalhos e apontou descompasso entre o regime operacional adotado e o caráter emergencial da situação.

Outro ponto destacado foi a

predominância do uso de veículos leves durante o período crítico de crise, em vez de caminhões de maior porte, considerados mais adequados para determinadas intervenções.

Em outubro de 2024, a agência havia determinado que a concessionária Enel apresentasse um plano de recuperação, com prazo de 90 dias. Esse plano seria voltado à redução do tempo de restabelecimento em casos de tempestades.

A empresa sustenta que cumpre integralmente suas obrigações contratuais e regulatórias e afirma ter implementado melhorias relevantes nos indicadores de atendimento. De acordo com a concessionária, 84% dos clientes afetados em dezembro tiveram o serviço restabelecido em até 24 horas e 95% em até 48 horas. A distribuidora também informa ter reduzido em 66% o percentual de consumidores com interrupções prolongadas entre 2023 e 2025 e afirma que o tempo médio de atendimento a emergências caiu de 832 para 434 minutos no mesmo período analisado pela Enel.

Apesar do plano aprovado e dos dados apresentados pela empresa, a área técnica da agência concluiu que as medidas adotadas não asseguraram qualidade satisfatória na prestação do serviço nem garantem a recomposição do fornecimento em situações com elevado volume de interrupções simultâneas. A decisão final sobre a eventual caducidade do contrato dependerá do resultado da votação do colegiado.

CPI do Metanol da Câmara ouve dono de bar nos Jardins

Richard Lourenço | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Metanol realizou, nesta terça-feira (24), nova reunião para apurar a origem de bebidas alcoólicas comercializadas na capital paulista. Foram ouvidos Fagne Santos, um dos proprietários do Ministrão Bar, localizado nos Jardins, e Gabriel Marques Pinheiro, diretor-executivo da Abrasel. O estabelecimento foi interditado em setembro de 2025 após o relato de uma cliente que afirmou ter perdido a visão depois de consumir bebidas no local. A vítima já havia prestado depoimento à Comissão anteriormente.

Na condição de convidado, o representante da Abrasel afirmou que o setor de bares e restaurantes foi impactado pela crise envolvendo suspeitas de contaminação por metanol e que o consumo ainda não retornou ao nível anterior. Ele defendeu medidas de transparência na cadeia de fornecedores, incluindo a



Objetivo investigar a procedência de bebidas alcoólicas

consulta a distribuidores homologados pela indústria. Em seguida, o proprietário do Ministrão Bar declarou que possui notas fiscais das bebidas apreendidas e que pretende encaminhá-las à CPI. Informou ainda que confere lacres e lotes dos produtos recebidos. Segundo ele,

laudo realizado no caso apontou resultado negativo para contaminação por metanol. O empresário também afirmou que o estabelecimento não possui seguro específico para danos decorrentes de contaminação química, mas que o tema poderá ser discutido entre os sócios.

CPI do Jockey pede dados sobre finanças

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a situação do Jockey Club realizou nesta terça-feira (24/2) mais uma reunião para dar continuidade às investigações sobre a regularidade fiscal e imobiliária do hipódromo. O colegiado analisa a condução de débitos tributários, operações envolvendo potencial construtivo e eventual responsabilidade do poder público no caso.

Durante o encontro, os vereadores aprovaram requerimentos solicitando ao clube informações detalhadas sobre processos trabalhistas, regularidade fiscal e imobiliária, além da atual condição financeira e patrimonial da instituição. Entre os pedidos está a apresentação de dados sobre ações trabalhistas em andamento desde 2015, incluindo valores envolvidos e a forma de pagamento de todas as indenizações acertadas.

Outro requerimento deter-

mina o envio de uma planilha consolidada com todas as dívidas atualizadas, a fim de dimensionar o montante total dos débitos. Segundo integrantes da comissão, a intenção é obter um panorama completo das obrigações financeiras do Jockey Clube de SP.

A Comissão também aprovou convite para que a arquiteta Ana Marta Ditolve participe de uma das próximas reuniões. O Colegiado pretende esclarecer, ainda, informações relacionadas a uma possível prestação de serviços ao Jockey. Uma reportagem publicada pelo portal UOL apontou que, durante fiscalização da Prefeitura da cidade de São Paulo, o hipódromo não teria comprovado a destinação de R\$ 61,2 milhões obtidos por meio da Transferência do Direito de Construir (TDC), mecanismo conhecido do mercado imobiliário.